CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Polícia Civil de SP investiga ONG de produtora de Dark Horse

A empresária Karina Ferreira da Gama, dona do Instituto Conhecer Brasil, é sócia da empresa responsável pela cinebiografia de Jair Bolsonaro

Fonte original: Revista Oeste. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Revista Oeste (revistaoeste.com)
Autor	Isabela Jordão
Data de publicação	01/06/2026 19:00
URL original	https://revistaoeste.com/brasil/policia-civil-de-sp-investiga-ong-de-produtora-de-idark-horse-i/
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Ricardo Nunes, Flávio Dino, Jair Bolsonaro, Marina Pedersolli, Daniel Vorcaro
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Ministério Público de São Paulo, Secretaria Municipal de Inovação, Banco Master
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	Acesso bloqueado desde 28/11/2026 19:07 · última verificação 29/11/2026 00:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Um dos casos envolve a Complexsys Soluções Integradas Ltda., que apresentou uma nota fiscal de R$ 2 milhões posteriormente cancelada nos registros municipais, mas utilizada na prestação de contas. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Revista Oeste

RESUMO

A Polícia Civil de São Paulo deflagrou nesta segunda-feira, 1º, uma operação contra o Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização responsável pela instalação de pontos de wi-fi gratuito em favelas da capital paulista. A operação também alcançou a sede da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, responsável pela parceria com a entidade. A polícia também sustenta que os valores pagos à ONG superam significativamente os parâmetros praticados pelo mercado e pela própria administração municipal.

A Polícia Civil de São Paulo deflagrou nesta segunda-feira, 1º, uma operação contra o Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização responsável pela instalação de pontos de wi-fi gratuito em favelas da capital paulista.

A investigação apura suspeitas de fraude, sobrepreço e possível desvio de recursos em um contrato firmado com a Prefeitura de São Paulo. Segundo os investigadores, o acordo passou de R$ 108 milhões para R$ 157,1 milhões com a celebração de aditivos.

Receba nossas atualizações

+ Leia mais notícias do Brasil em Oeste

Agentes cumpriram sete mandados de busca e apreensão em endereços ligados à empresária Karina Ferreira da Gama, proprietária do ICB e sócia da produtora Go UP, responsável pelo filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. A operação também alcançou a sede da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, responsável pela parceria com a entidade.

Computadores, celulares, documentos e notas fiscais foram recolhidos durante a ação. O inquérito foi instaurado a pedido do Ministério Público de São Paulo.

De acordo com a 2ª Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, há indícios de que ao menos R$ 26 milhões tenham sido repassados sem a correspondente prestação dos serviços contratados.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A investigação também analisa a hipótese de recursos públicos terem sido pulverizados por meio de subcontratações e até utilizados para financiar uma produção cinematográfica ligada à empresária.

Em manifestação encaminhada ao inquérito, a promotora Marina Pedersolli apontou indícios de "possível direcionamento do chamamento público, ausência de capacidade técnica da entidade contratada, suposto sobrepreço nos valores pagos pela Administração Municipal, antecipação de repasses públicos e pagamentos por serviços supostamente não executados".

Ela acrescentou que a polícia identificou "suspeitas de pulverização dos recursos públicos por meio de subcontratações com empresas privadas, além de possível utilização de valores oriundos do contrato público para financiamento de produção cinematográfica vinculada à investigada Karina Gama".

Contrato não foi cumprido, mas prefeitura antecipou R$ 26 milhões

O contrato previa a instalação de 5 mil pontos de acesso gratuito à internet em áreas periféricas da capital paulista até junho de 2025. Conforme a investigação, apenas 3,2 mil pontos foram entregues. Para os investigadores, sucessivos aditivos contratuais teriam servido para justificar os atrasos.

"Embora o cronograma original impusesse a entrega de 5 mil pontos de conectividade até o mês de junho de 2025, a entidade instalou apenas 3,2 mil pontos. Para ocultar a mora e legitimar o atraso reiterado, foram celebrados três termos aditivos em curtíssimos intervalos de dias", registra o inquérito. A polícia também sustenta que os valores pagos à ONG superam significativamente os parâmetros praticados pelo mercado e pela própria administração municipal.

De acordo com a delegacia responsável pelo caso, a empresa municipal de tecnologia Prodam realizava serviços semelhantes por R$ 230 por ponto instalado e R$ 306 mensais por manutenção. Já o contrato com o ICB previa pagamento mensal de R$ 1,8 mil por ponto de internet.

"O primeiro elemento de suspeita reside no próprio direcionamento do chamamento público, o qual contou com a participação exclusiva do Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade que, conforme apurado, não ostentava qualquer histórico de atuação, experiência anterior ou capacidade técnica no setor de telecomunicações", afirmou a polícia.

A investigação aponta ainda que a prefeitura teria antecipado cerca de R$ 26 milhões em pagamentos sem a correspondente execução dos serviços. Segundo os autos, mais de R$ 11 milhões foram transferidos de julho a agosto de 2024 considerando a operação de 3,2 mil pontos, quando apenas seis estariam efetivamente em funcionamento.

Além da apuração policial, o Ministério Público conduz investigações nas áreas cível e criminal. Entre os elementos analisados estão prestações de contas apresentadas pela ONG com supostas irregularidades fiscais.

De acordo com o site g1, o instituto utilizou ao menos R$ 4 milhões em notas fiscais canceladas ou emitidas para si próprio para justificar despesas do projeto. Um parecer técnico da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia apontou que a entidade não poderia emitir notas em seu próprio nome para comprovar gastos e identificou ainda pagamentos em duplicidade superiores a R$ 925 mil.

"Verifica-se que a Organização da Sociedade Civil não promoveu a restituição integral dos valores glosados dentro do exercício analisado, tampouco sanou todas as inconformidades apontadas pela área técnica", registrou o parecer de fevereiro de 2026.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Apesar das ressalvas, a prestação de contas foi aprovada sob condição de devolução dos valores apontados como irregulares. A prefeitura informou que os cerca de R$ 930 mil questionados foram integralmente restituídos pela entidade.

A ONG também contratou empresas que passaram a ser alvo de questionamentos. Um dos casos envolve a Complexsys Soluções Integradas Ltda., que apresentou uma nota fiscal de R$ 2 milhões posteriormente cancelada nos registros municipais, mas utilizada na prestação de contas.

Em nota, a empresa afirmou acompanhar a investigação “com serenidade” e declarou estar à disposição das autoridades.

Outra contratação sob análise envolve a empresa Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda., responsável pela instalação de mais de 900 pontos de internet. O proprietário da companhia, Alex Leandro Bispo dos Santos, está preso desde fevereiro, acusado de feminicídio.

Prefeitura de São Paulo nega irregularidades relativas à ONG

Em nota, a Prefeitura de São Paulo negou irregularidades e informou colaborar com as autoridades. A administração municipal afirmou que toda a documentação do contrato é pública e já havia sido disponibilizada aos órgãos de controle.

“O programa funciona normalmente na cidade”, declarou a prefeitura. Segundo a gestão, dos 3,2 mil pontos instalados, apenas 52 estavam temporariamente fora de operação na manhã desta segunda-feira para manutenção.

A administração também afirmou que não houve pagamento referente aos 5 mil pontos originalmente previstos e rejeitou qualquer relação entre o contrato e a produção do filme sobre Bolsonaro.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou que a gestão não identificou irregularidades, mas garantiu apoio às investigações. “Não constatamos nada de irregular no processo, mas estamos à disposição para colaborar”, declarou. “Se por acaso tiver a identificação de alguma irregularidade, obviamente tomaremos todas as providências de forma rigorosa.”

Em resposta a jornalistas na tarde desta segunda-feira, Nunes defendeu Karina. “Eu acho uma pessoa decente, uma mulher trabalhadora”, afirmou ao comentar a investigação. “Uma mulher que, como qualquer outra, está batalhando, e que conhece o Bolsonaro, então está passando por isso.”

O prefeito também rejeitou a suspeita levantada pela Polícia Civil de que recursos públicos do contrato de wi-fi possam ter sido direcionados à produção cinematográfica. Para ele, a linha de apuração relacionada ao filme pode configurar motivação política.

“Estão indo atrás de um contrato com a Prefeitura de 2024 por causa do filme? Aí é grave, é perseguição política”, declarou Nunes. “Tenho empresa de embalagem, tenho fazenda, tenho várias atividades, e eu sou prefeito. Qual o problema da pessoa ter várias atividades?”

A investigação policial ocorre em meio a outras apurações envolvendo a produtora. No STF, o ministro Flávio Dino determinou uma investigação preliminar para verificar se emendas parla mentares de integrantes do Partido Liberal (PL) paulista foram destinadas a entidades ligadas a Karina Gama.

A medida foi tomada depois da divulgação de um áudio em que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) solicita recursos ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, fundador do Banco Master, para financiar o filme sobre seu pai.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Nunes afirmou ter conhecido a empresária durante a realização da Expo Cristã, mas negou manter relação próxima com ela. Segundo o prefeito de São Paulo, auditorias e análises realizadas pela administração municipal não identificaram irregularidades na contratação do Instituto Conhecer Brasil.

Ele ressaltou, contudo, que a prefeitura adotará providências caso as investigações apontem ilegalidades.

O prefeito também criticou a ação realizada na sede da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, um dos alvos dos mandados de busca e apreensão. De acordo com ele, os documentos recolhidos pelos policiais já haviam sido entregues às autoridades e permanecem disponíveis para consulta pública no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

“A Polícia Civil esteve lá. O que ela levou de informação da secretaria? Aquilo que está disponível para ela e para todos vocês, público. A prestação de contas está no SEI”, afirmou Nunes. “Aquilo que eles levaram hoje, eles já haviam pedido, mesmo estando público, nós já havíamos enviado. Então, olha só, eles pediram, nós enviamos, está público, eles foram lá e pegaram o pen drive com aquelas mesmas informações.”

HISTÓRICO
v1 · 29/09/2026 10:07 · como foi encontrada · página SHA-256 3e2470278bbfd0f1ce4d…
28/11/2026 20:35 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)
26/11/2026 02:05 · Voltou ao ar (HTTP 200)
22/11/2026 22:05 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)
20/11/2026 03:06 · Voltou ao ar (HTTP 200)
16/11/2026 13:05 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)
13/11/2026 18:36 · Voltou ao ar (HTTP 200)
09/11/2026 06:06 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)
06/11/2026 11:06 · Voltou ao ar (HTTP 200)
02/11/2026 20:05 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)
30/10/2026 14:35 · Voltou ao ar (HTTP 200)
28/10/2026 16:07 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)
25/10/2026 08:05 · Voltou ao ar (HTTP 200)
24/10/2026 05:35 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)

Fonte original: https://revistaoeste.com/brasil/policia-civil-de-sp-investiga-ong-de-produtora-de-idark-horse-i/ · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 29/11/2026 01:10